

ATA 321

2 Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às quatorze horas, realizou-se a
3 reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
4 sede na Rua Joaquim Nabuco nº 59, sob a convocação de sua presidente Mônica Mongruel.
5 Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Mônica Mongruel,
6 Sandra Regina W. Cisco e Thais do Prado Dias Verillo (Fundação Municipal de Assistência
7 Social de Ponta Grossa/FASPG); Maira Martins de Hollebem (Secretaria Municipal de
8 Cidadania e Segurança Pública). **Os conselheiros titulares não governamentais**: Regina
9 Rosa Pedrozo Rosa e Camila Vanessa Sviech (trabalhadoras do SUAS); Paulo Sainclair Heusi
10 e Luis Carlos Hajo (usuários). **Os conselheiros governamentais suplentes no exercício da**
11 **titularidade**: Marcos Vinícius Zuber (Secretaria Municipal de Governo). **Os conselheiros**
12 **governamentais suplentes**: Tatyana Denise Belo (Fundação Municipal de Assistência Social
13 de Ponta Grossa/FASPG). Justificaram a ausência as conselheiras Inês Chuy Lopes e Reni
14 Eidam. Estiveram presentes: Assistente Sociais do JOCUM; Grupo Renascer; Casa do Piá,
15 APAM e Pequeno Anjo; coordenadora do Grupo Renascer e o estagiário André Henrique Mello
16 Correa (2º URATE MP/PR). A reunião contou com a seguinte pauta: Aprovação de Emenda
17 Parlamentar para Entidade Socioassistencial. A presidente Mônica iniciou a reunião solicitando
18 uma oração para a conselheira Regina. Na continuidade foi justificada esta reunião
19 extraordinária devido a uma emenda parlamentar no valor de R\$ 130.000,00 aproximadamente,
20 para duas Instituições, conforme já discutido na Comissão de Monitoramento e Avaliação de
21 Projetos e na Mesa Diretiva. A primeira Entidade é a APACD que foi indicada para receber um
22 dos veículos que a Emenda prevê. Devido aos problemas que a Entidade vem apresentando,
23 foi conversado com a assessoria do Deputado e a orientação recebida foi a continuidade ao
24 processo, e, se a APACD não cumprir com qualquer uma das cláusulas impostas no Termo de
25 Ajuste de Conduta – TAC ela imediatamente perde o direito de receber o veículo e uma nova
26 Entidade será indicada. Caso não ocorra desta forma as duas instituições perdem o recurso. A
27 segunda Entidade que já foi aprovada por este Conselho é a ASSARTE. A conselheira Sandra
28 complementou dizendo que o CMAS já aprovou a emenda para a ASSARTE e resolveu segurar
29 a aprovação para a APACD devido as irregularidade que foram identificadas. Devido ao Termo
30 de Ajuste de Conduta, é permitido que a APACD continue recebendo recursos enquanto ocorre
31 uma auditoria nas contas. A conselheira Regina questionou se a alteração da Entidade (caso
32 necessário) será de imediato. A conselheira Sandra esclareceu que sim, fica registrado que o
33 CMAS apenas se reúne para aprovar a nova Entidade que vai receber, após a indicação do
34 Deputado. As contas da APACD estão em auditoria, mas os recursos não estão bloqueados, a
35 cada parcela a prestação de contas ocorre de forma diferenciada, diretamente com a
36 Controladoria, deve apresentar documentos originais e fazer as comprovações. Colocado em
37 votação, foi aprovada, por unanimidade, conforme **Resolução/CMAS/nº 44/2019** para
38 aquisição de veículo de passeio para o Centro Dia da Associação Pontagrossense de
39 Assistência à Criança Defeituosa/APACD, valor de R\$ 60.957,00. Na continuidade, o
40 conselheiro Luiz convidou para o campeonato do deficiente físico a partir do dia 26, na UTFPR.
41 Débora Lee pediu a palavra e colocou alguns apontamentos sobre o Edital de Chamamento da
42 proteção básica, questionou se será possível utilizar o recurso na manutenção do Grupo
43 Renascer, o aluguel já é pago com recursos próprios. A presidente Monica respondeu que a
44 Entidade decide onde será aplicado o recurso. A conselheira Sandra complementou dizendo
45 que independentemente do serviço que a Entidade vai concorrer e for selecionada, poderá
46 incluir no plano de trabalho a manutenção. Outra representante de Entidade levantou um
47 questionamento sobre a utilização do recurso para pagamento do espaço, lembrou que esta é
48 uma dúvida coletiva porque ficou confuso no Edital. A conselheira Sandra informou que vai
49 depender da justificativa no projeto. A Assistente Social Priscila (Casa do Piá) relatou que
50 alguns dirigentes e técnicos ficaram preocupados com a diminuição de metas e muitos usuários
51 serão deixados de fora. Indagou porque estas definições não passaram pelo CMAS, quais
52 foram os critérios para diminuir essas metas e como vai ficar essa população que não será

53 atendida. A conselheira Sandra respondeu que o critério utilizado para definição do número
54 de metas foi o número de pessoas atualmente atendidas - 2500 metas, mas, somando todas
55 as Entidades não passa de 1100 pessoas atendidas, então, para esse edital o número de
56 metas foi calibrado pelo número de pessoas atendidas atualmente. Assistente Social Priscila
57 observou que mesmo que o usuário não compareça o serviço está lá, os profissionais estão a
58 disposição. Conselheira Sandra replicou que sim, tanto que o município está mantendo os
59 termos de colaboração na integralidade, mas para o novo edital o Gestor será responsabilizado
60 se manter 2500 metas sabendo que só tem 1100 pessoas atendidas. AS decisões foram
61 estritamente dentro do diagnóstico. A conselheira Camila colocou a dificuldade que, segundo
62 o Edital, os CRAS devem encaminhar os usuários, mas no Grupo Reviver nenhum usuário foi
63 encaminhado pelo CRAS e no território de referência há bastante demanda, mas não tem
64 estrutura para fazer busca ativa. A conselheira Tatyana lembrou as dificuldades com recursos
65 humanos nos CRAS. A conselheira Regina colocou que a realidade da educação integral é
66 diferente da demanda da assistência, por isso a importância da interface entre as políticas. A
67 presidente Monica colocou que as secretárias de saúde, educação e assistência estão tendo
68 uma mesa de conversação e mais detalhes sobre este assunto serão repassados em breve.
69 Foi comentado a necessidade de estender o horário de atendimento do serviço de convivência
70 e fortalecimento de vínculos/SCFV das cinco da tarde até as 22 horas, uma vez que as Escolas
71 estão em horário integral. O orçamento da educação é de 25%, isso mostra que a lei federal
72 quando foi criada em 1988, já estava vislumbrando a política preventiva porque é muito mais
73 barata. A conselheira Sandra disse que o Marco Regulatório não exige que o CMAS aprove os
74 editais e só pode participar dos editais as entidades que são inscritas no Conselho, que é um
75 órgão fiscalizador. Colocou também que os fiscais do município estão respondendo e pagando
76 multa, com recursos próprios, por conta das Entidades que não cumpriram metas. Mônica
77 lembrou que, a partir dos relatórios apresentados pelas Entidades, é realizado contato
78 telefônico para um usuário aleatoriamente escolhido e, muitas vezes, é informado que essa
79 pessoa faz três anos que não frequenta mais a Entidade, mas consta no relatório como
80 atendido. A conselheira Camila ressaltou que os fiscais sabem qual serviço está funcionando e
81 questionou se terá acesso ao seu plano para readequar caso pactue menos metas que previsto
82 inicialmente. A conselheira Sandra esclareceu que as primeiras colocadas vão ficar com a
83 totalidade de metas solicitadas e a última colocada vai ficar com as metas que sobrarem. A
84 presidente Mônica lembrou que essa conversa aconteceu a dois anos atrás, no SEPAM, as
85 Entidades saíram com um acordo e no dia seguinte foi recebida a documentação das Entidades
86 completamente diferente do que tinham combinado. A conselheira Sandra informou que a
87 avaliação será pelo projeto escrito, as melhores atividades, equipe e estrutura serão pontuadas,
88 informou também, que os serviços da gestão são mantidos pelo governo federal, o valor anual
89 previsto são 5 milhões de reais, enquanto que para os serviços das Entidades o valor anual são
90 18 milhões de reais, esse ano não veio o recurso federal, então, o recurso hoje da FASPG é
91 praticamente todo para as Entidades, porque não são utilizados recursos próprios para manter
92 os serviços. Sabemos que no Rio de Janeiro e São Paulo está fechando CRAS por não ter
93 como manter. Esgotados os assuntos da pauta, a presidente Monica Mongruel encerrou a
94 reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita pela agente social Maria
95 Aparecida da Silva e redigida pela secretária executiva Carla Bühner Salles Rosa, após
96 aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.